

A plenitude da vida: o amor ao próximo. Conceitos em Agostinho e Kierkegaard

Eduardo Luis Cândido Bezerra¹

Resumo: Esta pesquisa científica abordará o tema do amor ao próximo, buscando fomentar um diálogo entre a tradição filosófica de Agostinho e a filosofia existencialista contemporânea de Kierkegaard. O artigo destacará a contribuição de Agostinho na construção da filosofia ética cristã. Na obra *Cidade de Deus*, apresenta as dificuldades sociais da época, defende o cristianismo da acusação de motivo do declínio social e eleva o conceito de amor ao próximo para algo necessário na vivência em sociedade. É justamente nessa vivência que ocorre a possibilidade de superação de todas as dificuldades sociais aparentes. Kierkegaard leu e deu continuidade ao pensamento agostiniano, acrescentando sua percepção acerca da complexidade social e elevando a proposta da vivência do amor ao próximo como um dever. Nos escritos intitulados *Obras do Amor*, constrói um caminho reflexivo com o conceito “tu deves amar”. Assim, Kierkegaard inaugura um imperativo categórico social e religioso. Com isso, o amor ao próximo se torna uma necessidade primordial para se viver em sociedade. Este diálogo filosófico defende o amor ao próximo como plenitude da vida, uma possibilidade de rompimento com o mal social, construindo uma sociedade cada vez mais digna e justa.

Palavras-chave: Amor ao próximo; Vivência; Dever; Sociedade.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu a partir de reflexões acerca dos recentes acontecimentos sociais. A nossa sociedade enfrenta dificuldades constantes, entre elas estão os atos contra o benefício coletivo, o individualismo, a falta de atitude para com a erradicação da fome, o fechamento a si próprio e o não reconhecimento da dignidade humana. A percepção dessas dificuldades sociais persistentes encaminhou aos estudos em filosofia na busca de um conhecimento que possibilite um método resolutivo. Surgiu então o interesse de aprofundamento do conceito de amor ao próximo visando um benefício comum desenvolvido por Agostinho e Kierkegaard. Ambos os filósofos viveram em períodos diferentes. Agostinho, entre os anos 354 a 430, já Kierkegaard, de 1813 até 1855. Porém, suas propostas entram em acordo, a vivência do amor como dever social essencial. Por ser algo demonstravelmente eficaz, sobretudo por se tratar de um conceito divino, está em evidência a proposta que sugere um ambiente pacífico nos dias atuais.

Toda a linha de pensamento estabelecida pelos filósofos destacados neste artigo gera uma reflexão comportamental do indivíduo em sociedade. Vale ressaltar que, o tema do amor ao próximo relaciona-se diretamente com a formação da pessoa humana. Por isso, a proposta deste artigo é fomentar no leitor um desejo de plenitude do ser. Essa plenitude

¹ Cursando bacharelado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. E-mail: eduardoluisandido@gmail.com

está na autorrealização, ou seja, no cumprimento do desejo do indivíduo em sociedade, afirmar-se enquanto sujeito inserido nesse caminho essencial do dever do amor ao próximo. O objetivo deste artigo é defender a prática do amor ao próximo como uma possível solução para os problemas sociais.

1 A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO AGOSTINIANO

Agostinho é um filósofo antigo. Seus escritos serviram de base para a formação do pensamento filosófico da época e, posteriormente, firmaram-se através da percepção da constante necessidade de citação de seus conceitos. Agostinho nasceu “aos 13 de novembro de 354 em Tagaste, pequena cidade da Numídia, na Argélia de hoje, na fronteira da Tunísia” (HAMMAN, 1985, p. 227). Seu interesse pela filosofia foi aumentando gradativamente até chegar à posição de grande filósofo que hoje conhecemos. A leitura de um livro foi o que impulsionou Agostinho ao amor pela filosofia, “um diálogo, hoje perdido, do clássico Cícero (106-43 a.C.), que lhe abriu as portas do saber. Chamava-se *Hortensius* e era um elogio da filosofia” (PESSANHA, 2000, p. 6). A partir dessa leitura, o filósofo muda seu interesse e faz do sentido de sua vida uma incessante busca pela verdade, pelo saber capaz de ser adquirido através da filosofia. Com isso, “entregou-se com ardor à leitura daquele tratado, que lhe proporcionou uma concepção radicalmente nova da vida, encaminhando-o para o cultivo da sabedoria” (BOEHNER E GILSON, 1995, p. 143). Agostinho também foi professor, “lecionou retórica, primeiro em Cartago, depois em Roma, onde se desgostou com a conduta grosseira dos estudantes e, finalmente, em Milão” (BOEHNER E GILSON, 1995, p. 139).

Inicialmente, a base filosófica de Agostinho era o maniqueísmo². Na época, essa doutrina estava em seu início e sua formação abrangeu diversos conceitos. Contudo, o principal era a oposição estabelecida entre o bem e o mal. A percepção dessa oposição acontecia através da valorização da racionalidade e a experiência vivencial em sociedade. Agostinho “aderiu, pois, ao racionalismo gentio-cristão dos maniqueus, que menosprezavam os simples fiéis e prometiam aos seus adeptos um saber de ordem superior” (BOEHNER E GILSON, 1995, p. 143). Durante muito tempo o pensamento do filósofo estava direcionado a lados opostos, sempre objetivando uma realidade social dualística, e, sobretudo, a distinção entre pessoas. Nesse período, “o espírito racionalista de Agostinho sentia-se mais à vontade entre os maniqueus do que entre os cristãos” (BOEHNER E GILSON, 1995, p. 143). O conhecimento ofertado pela doutrina dos maniqueus fazia Agostinho defender a existência de uma dualidade social e a distinção entre pessoas era notada através da agregação de inteligência, tornando-a boa ou a abrangência de ignorância, tornando-a inferior.

2 O maniqueísmo é uma filosofia religiosa. Seu princípio essencial consiste na negação de um “caráter fundamental de Deus: a incorruptibilidade que é própria de Deus na medida em que é o próprio ser [...]. Estes admitiam que Deus devia combater eternamente o princípio de mal. Mas o princípio de mal pode prejudicar Deus” (ABBAGNANO, 1999, p. 133). Isso significa que a proposta de Deus apresentada por essa filosofia, limita-o, colocando-o numa espécie de fragilidade ao recebimento de ofensas.

Entre as instruções recebidas por Agostinho narradas em seus escritos destacam-se as da sua mãe, Mônica. Em suas Confissões, Agostinho narra que “tinha ouvido falar, ainda criança, da vida eterna [...]. Fui marcado pelo sinal da cruz” (AGOSTINHO, 1997, p. 33). Embora tenha sido instruído por sua mãe recebendo as primeiras noções acerca de Deus, vivenciando uma vida doutrinal católica desde criança, Agostinho rejeitava os escritos dessa religião por achar tudo muito simples e de pobre linguagem. Logo, interessou-se pela educação pagã desprezando “o estilo e a linguagem dos livros sagrados que lhe pareceram extremamente ordinários e toscos” (BOEHNER E GILSON, op. cit. p. 143). As leituras cristãs não despertavam a atenção do filósofo, justamente por ter outra percepção, isto é, “ele lê a bíblia, mas, como Jerônimo e tantos outros espíritos fortes mais tarde, fica desanimado diante da rusticidade de tal linguagem” (HAMMAN, 1985, p. 228). Porém, essa situação não durou muito tempo. Agostinho muda seu pensamento quando decide ir para o norte da Itália, lá “começou a frequentar os sermões de Ambrósio, movido, inicialmente, por um interesse puramente literário” (BOEHNER E GILSON, op. cit. p. 139). Ambrósio de Milão consegue convencer o filósofo à conversão e Agostinho recebe o batismo de suas mãos.

Agostinho vive em um contexto histórico turbulento. Encerrava-se definitivamente a era das perseguições do Império Romano e o cristianismo se tornava a religião oficial. O filósofo conhecia de perto a doutrina maniqueísta, por isso, dedicou-se mais eficazmente a esse combate. Com sua conversão, sua visão sobre a sociedade também muda. Ou seja, passa a rejeitar a proposta maniqueísta de divisão social. Em pouco tempo, torna-se padre e bispo da Igreja localizada em Hipona. Com isso, contribui de maneira categórica na construção de uma filosofia cristã, até então desorganizada entre seus adeptos. Essa falta de definição gerou diversas divisões internas ocasionando heresias.

Ingressando na religião nascente, o filósofo desafia a si mesmo no desejo de construir um caminho de unidade entre a filosofia e o cristianismo. A motivação para isso estaria na percepção da simplicidade contida nos escritos cristãos existentes, como também a distância da racionalidade. Com esse aprofundamento, “a síntese que realizou, ele mesmo deu a denominação de filosofia cristã” (PESSANHA, 2000, p. 12). Entre as dificuldades da época estava o persistente debate entre fé e razão, motivo de grades divisões internas. Agostinho consegue fundamentar para o cristianismo uma conformidade entre a espiritualidade e a racionalidade. Isto é, defende a plena união das duas partes considerando-as fundamentais para a vivência religiosa. Portanto, “a razão relaciona-se [...] duplamente com a fé: precede-a e é sua consequência” (PESSANHA, 2000, p. 13). Como resultado, toda a filosofia cristã encontra sua essência e faz dessa união algo indelével. A definição dada por Agostinho fundamenta e dá continuidade ao pensamento filosófico cristão. Isso porque, “na pessoa de Agostinho a filosofia patrística é, quiçá, a filosofia cristã como tal, atinge o seu apogeu” (BOEHNER E GILSON, 1995, p. 139).

2 A VISÃO SOCIAL DE SANTO AGOSTINHO. O AMOR AO PRÓXIMO COMO PROPOSTA

As dificuldades sociais existentes no período final da filosofia clássica não passaram por despercebidas pelo filósofo de Hipona e o influenciaram a escrever sobre tal realidade. A exaustão causada pelo desrespeito oferecido ao povo por parte dos imperadores, a falta de confiança dos métodos de justiça e a falta de segurança que motivaram as inúmeras invasões foram algumas dessas dificuldades sociais. De certo modo, o Império Romano encontrava-se em decadência e os cristãos eram acusados por essa ruína. De fato, o cristianismo apresentava um novo mandamento capaz de modificar todo o costume social: o mandamento do amor a Deus e ao próximo era vivenciado por todos os cristãos. Por isso, Agostinho defende a religião cristã e aponta no livro nominado *Cidade de Deus* a acusação aos pagãos por toda essa situação. A obra “*De civitate Dei*, em 22 livros. Data de redação 413-426. O ensaio externo para a composição desta obra foi a tomada de Roma por Alarico, em 410” BOEHNER E GILSON, 1995, p. 140). Assim, o pensador cristão passa a motivar a defesa da doutrina que difundia o mandamento do amor, livrando a comunidade da culpa imposta pelos gentios. Isso claramente se manifesta na intenção do cristianismo adquirir cada vez mais o espaço social do império desgastado. Para Agostinho, “não era um desastre, era apenas a mão de Deus castigando os homens da cidade terrena e anunciando o triunfo do cristianismo” (PESSANHA, op. cit. p. 22).

Na *Cidade de Deus* podemos notar a persistência de uma linha racional de dualidade, separação entre a cidade de Deus e a cidade dos homens. Destaca, sobretudo, a cidade de Deus, superior, elevada, perfeita e sem erro. Percebemos nessa comparação a influência neoplatônica. Justamente pela apresentação desses dois lados opostos onde “dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor-próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial” (AGOSTINHO, 1990, p. 169). Dessa forma, compreendemos que a origem da sociedade perfeita está em Deus, nasce dessa fonte divina. Em contrapartida, “a origem histórica seria justamente a mundanidade da criação” (ARENDRT, 1997, p. 114).

Agostinho diferencia titulado “aos dois grupos o nome das cidades, que é o mesmo que dizer sociedades de homens. Uma delas está predestinada a reinar eternamente com Deus; a outra, a sofrer eterno suplício” (AGOSTINHO, 1990, p. 173). Isto é, as sociedades formadas pelo homem, fundadas no interesse de exclusão do mandamento do amor divino, tendem a fracassar, pois não possuem a essência na eternidade, tendo início e fim cronológico.

Na obra escrita entre os anos de 397 e 399 intitulada *Confissões*, Agostinho externa a razão pela qual o ser humano precisa amar o próximo, fazendo desse amor uma ligação com o amor originário de Deus. O filósofo aconselha: “é em Deus que deves amá-las; leva-as contigo até ele dizendo-lhes: amemos, amemos a Deus!” (AGOSTINHO, 1997, p. 103). Em sua doutrina há sempre esse intercâmbio essencial entre Deus e o homem, ou seja, o amor para com Deus refletido no amor para com o próximo. Aí está a compreensão de que “esse amor é duplo. Tem por objeto a Deus e ao próximo” (AGOSTINHO, 2002, p. 65).

Na filosofia agostiniana encontramos um convite que direciona o ser para um amor superior, o amor ao próximo. E tudo isso é condicional. Por exemplo, se o indivíduo diz que ama a Deus, imediatamente deve amar o seu próximo. Nisso entendemos que o amor é merecido por todos, sem exclusão. Portanto todos merecem conhecer o amor e esse amor é conhecido unicamente através da vivência em sociedade. Nisso está a plenitude da vida humana, onde pela experiência, faz-se um caminho para o transcendente, a eternidade. Dessa maneira, “o amor ao próximo é, pois, a realização concreta da retrospectiva para além do mundo, e, ao mesmo tempo, empurra o outro para fora do mundo, para que ele veja o sentido do seu ser” (ARENDR, 1997, p. 117).

Agostinho, a partir da reflexão teológica, problematiza o amor ao próximo no âmbito filosófico, portanto, se para alcançar a plenitude da vida humana em sociedade, visando a eternidade é preciso amar o próximo, então como identificar o próximo? A quem podemos chamar de próximo? O filósofo tenta responder a essa questão a partir da conceituação da própria palavra. Para Agostinho, “a palavra próximo indica relação, e ninguém pode ser próximo se não daquele que se aproxima” (AGOSTINHO, 2002, p. 69). Contudo, o próximo é o reflexo da própria pessoa.

Seguindo esse pensamento, caracteriza-se que “a condição para uma compreensão justa do próximo é a compreensão justa de si mesmo. É apenas aí onde me asseguro da verdade do meu próprio ser que posso amar o próximo no seu verdadeiro ser, no seu ser de criatura” (ARENDR, 1997, 116). Assim sendo, o próximo é também o inimigo. Essa compreensão é possível porque o mandamento exige o amor a todas as pessoas, sem distinção. Agostinho afirma que “devemos amar até nossos inimigos. Nós não os tememos, na verdade, visto que não podem nos tirar aquele a quem amamos. Mas nós nos compadecemos deles, porque nos odeiam” (AGOSTINHO, 2002, p. 69).

3 A CONTINUIDADE DO PENSAMENTO EM KIERKEGAARD. O AMOR AO PRÓXIMO COMO DEVER

O segundo filósofo que contribui com o conceito de amor ao próximo é Kierkegaard. Soren Aabye Kierkegaard é considerado como filósofo contemporâneo. Ele “nasceu em Copenhague em 5 de maio de 1813” (GARDINER, 2001, p. 11). Seus escritos correspondem em inúmeras dissertações acerca da vivência da filosofia cristã, na maioria das vezes enaltece-a, porém, também redige fortes críticas ao cristianismo institucionalizado na Dinamarca do século XIX. Kierkegaard sempre buscou viver a sua proposta filosófica, sua obra e sua vida pessoal não eram distintas. A prova disso está contida nos diários que começaram a ser escritos em sua juventude. Por ser cristão protestante luterano, não bebe da tradição doutrinária católica, contudo, leu Agostinho, justamente porque o considerava como uma grande influência para a filosofia. Por certo, todo esse contexto vivencial favoreceu para a abordagem de temas religiosos.

A proposta religiosa do mandamento do amor ao próximo analisada por ele nos Textos Sagrados o influenciou totalmente no desenvolvimento de seu ponto de vista, sobretudo o livro *As Obras do Amor*, repleto de considerações cristãs em forma de discursos. Com isso, dá continuidade ao pensamento agostiniano e desenvolve a ideia de que o mandamento do amor é, de fato, um dever essencial para a vida humana, método para se alcançar a plenitude social. Sendo assim, inaugura um imperativo categórico³ religioso e social, nova compreensão filosófica: “Tu deves amar” (KIERKEGAARD, 2013, p. 39). A proposta de Kierkegaard corresponde à vivência do amor como um dever, uma necessidade social, uma condição para se alcançar a plenitude do ser. O Contexto social influenciou o filósofo na escrita dos discursos contidos no livro *As Obras do Amor*. A competitividade em busca de cargos de poder, a atitude dos líderes religiosos de dar maior atenção aos ricos e a proposta de dominação e interferência nas decisões do governo dinamarquês eram vistos por Kierkegaard como uma corrupção do ser. Por isso ele escreve o livro para incentivar que seus leitores abandonem essas práticas.

As considerações que estimulam essa experiência estão firmadas sobre os conceitos de amar a Deus, amar a si mesmo e amar o próximo. De acordo com o filósofo, essas três considerações estão interligadas. Assim, ele constrói um caminho para alcançar esse objetivo comprovando seu conceito através de experiências. Primeiramente, Kierkegaard considera o cristianismo como conhecedor da plenitude do amor: “O cristianismo entende melhor do que qualquer poeta o que seja o amor e o que seja amar” (KIERKEGAARD, 2013, p. 34). Essa consideração é acentuada seguindo a mesma visão de diferenciação exposta por Agostinho. Ou seja, para Kierkegaard existe um dualismo entre o amor natural, que é o amor limitado; e o amor espiritual, superior e transcendente. De fato, a proposta do amor cristão mudou a sociedade de modo geral, principalmente a ocidental, a princípio, desde sua fundação com o episódio da queda do Império Romano até as inúmeras intervenções sociais que corresponderam na formação de diversas culturas ou mudança de comportamento.

Amar a si mesmo é a primeira condição fundamental para amar o próximo. Dessa maneira, podemos entender o quanto é importante refletir sobre si mesmo, perceber-se enquanto ser social capaz de amar. A visão contemporânea de Kierkegaard é um método que direciona à interioridade. Essa questão está muito presente em nosso cotidiano e a filosofia se torna um auxílio essencial na reflexão. O filósofo indica o dever como solução: “tu deves amar o teu próximo como a ti mesmo, aí está contido o que é pressuposto, ou seja, que todo ser humano ama a si mesmo” (KIERKEGAARD, 2013, p. 32). Por isso, a condição de continuidade do amor a si mesmo torna a pessoa mais virtuosa. Esta é a característica do imperativo categórico religioso e social proposto por Kierkegaard. Amar o próximo e amar a si mesmo

3 O imperativo categórico é um termo filosófico baseado em Immanuel Kant (1724-1804) na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* de 1785. Entende-se esse imperativo como “aquele que nos representasse uma ação como objetivamente necessária por si mesma sem relação com qualquer outra finalidade” (KANT, 2008, p. 52). Portanto, essa teoria propõe um dever fundamental, uma forma de dizer que “se a ação é representada como boa em si, por conseguinte como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é categórico” (KANT, 2008, p. 52).

são a mesma coisa e o dever do amor é a razão dessa ligação contínua. Conseqüentemente, o mandamento do amor se torna orientador da vida humana.

Surge uma questão primordial para a continuidade do pensamento: Deve-se amar a si mesmo e ao próximo. Essa é a condição para se alcançar a plenitude do amor na vida humana e desfazer o mal social, porém, como identificar o próximo? Kierkegaard é conciso em sua definição. Primeiro, coloca o mandamento do amor como um dever, e, posteriormente, responde à questão de identificação do próximo. Para o filósofo, “o próximo é aquele que está mais próximo [...] do que todos os outros, contudo, não no sentido de predileção” (KIERKEGAARD, 2013, p. 36). Assim, o próximo é aquele que está ao nosso lado podendo ser toda e qualquer pessoa. O cristianismo rompe com os limites costumeiros. Propõe a oferta de um amor pleno e comum a todos, inclusive aos inimigos. A falta de compreensão leva ao afastamento de muitas pessoas desse mandamento. Por opção, decidem não seguir. Preferem retribuir da mesma forma o desamor recebido. Kierkegaard define a questão do amor não como uma opção, mas sim como um dever. Por isso, todos nós temos um próximo a ajudar, e, cumprindo o dever, também nos fazemos próximos uns dos outros.

A proposta de Kierkegaard, imperativo categórico religioso e social da vivência do amor ao próximo, traz consigo diversas soluções para sanar o mal social. Podemos considerar o mal social como tudo aquilo que afasta o ser humano da vivência do amor, que é aqui um princípio divino. O mal social é a prática de realidades de desumanização, egoísmo, desespero, vivência do ódio, incentivo a guerras, desigualdade social, destruição de valores e tantas outras expressões causadas por uma pessoa com o interesse prejudicial à sociedade. Esses fatos estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Principalmente porque a sociedade se afasta constantemente dos interesses em comum para fixar-se somente em benefícios particulares, fechados em grupos de poder.

Nitidamente percebemos a falta do amor ao próximo nessas atitudes. O amor ao próximo é estímulo para a igualdade de oportunidades, o desejo de uma sociedade mais saudável, o bem comum, o desenvolvimento humano e um comportamento social digno de estima. Kierkegaard não se limita a isso, e acrescenta, assim como Agostinho, o conceito de eternidade como objetivo desse imperativo categórico. Sendo assim, o amor ao próximo não tem fim, é transcendente. Para ele, “se amar não fosse um dever também não haveria o conceito de próximo; mas só se extirpa o egoístico da predileção e só se preserva a igualdade do eterno quando se ama o próximo” (KIERKEGAARD, 2013, p. 63).

A vivência do amor ao próximo diferencia as pessoas. De fato, não é possível que a partir da opção individual de amar toda e qualquer pessoa, inclusive os inimigos, o ser humano permaneça indiferente às realidades sociais. Por certo, diante de algum acontecimento, a primeira reação da pessoa que ama o próximo é estar disposto a ajudar. Não por predileção, mas por reconhecer, de fato, quem é o próximo. Nisso está a virtude individual e comunitária. Isso comprova que a vivência do amor é a solução para romper de vez com o mal social.

Consequentemente a sociedade será mais justa, com pessoas honestas, longe dos erros, longe do egoísmo, da corrupção e tantos outros problemas.

Por conferir valor ao indivíduo, a prática desse amor não o torna indiferente à realidade. Pelo contrário, é visto como oportunidade de vida nova rompida com todo mal social. Por isso, Kierkegaard insere ao seu conceito a ideia de continuidade sem fim. Para ele, “o amor ao próximo tem perfeições da eternidade” (KIERKEGAARD, 2013, p. 86). Essas perfeições duram para sempre, pois o eterno é constante e permanente. Portanto, o dever do amor ao próximo é garantia de estabilidade em amplos sentidos, aqui em destaque, o pessoal e o social. Por isso, “o amor permanece, ele é independência. A imutabilidade é a verdadeira independência” (KIERKEGAARD, 2013, p. 57). Essa independência é justamente a liberdade proporcionada pelo cumprimento do dever do amor ao próximo, pois, somente amando a todos é que se consegue a libertação do desespero e das dificuldades sociais. A partir do momento em que o indivíduo realiza uma ação que beneficia o próximo, cumprindo todas as características citadas acima, ele não o faz em busca de uma recompensa. Porém, o retorno desse benefício é o bem-estar. Isto é, o indivíduo se sente pleno através da realização do ato que foi capaz de romper com o seu egoísmo e contribuiu com o fortalecimento pessoal e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos o quão decisivos são os pensamentos de Agostinho e Kierkegaard acerca do amor ao próximo. Agostinho formulou as bases necessárias da filosofia e ética cristã, por isso seria inevitável a abrangência de citações referentes ao tema em suas obras. Kierkegaard não só dá continuidade ao pensamento, mas o enfatiza, buscando dar sentido e chamar atenção para a necessidade da vivência do amor, tornando-o um dever essencial. O filósofo contemporâneo enfrenta os desafios de um ambiente social totalmente diferente ao filósofo da patrística. Porém, ambos percebem a ameaça motivada por uma difícil situação capaz de causar o fim de uma sociedade amplamente organizada em estruturas físicas, como também intelectuais.

O desejo de propagar o amor ao próximo como dever tem o objetivo de proporcionar uma segurança firmada numa estrutura oriunda das Sagradas Escrituras, ante o social, onde está em primeiro lugar o eterno. Portanto, a vivência do amor ao próximo pode ser a solução perante os diversos problemas sociais da atualidade. Quando as pessoas compreendem a definição do que é o amor e que devem amar a si e ao próximo, encontram o caminho da plenitude da vida, e, consequentemente, beneficiam a si mesmas e a sociedade em geral. Esse dever de amar o próximo não é uma imposição, mas sim uma responsabilidade em assumir um compromisso. Quando o indivíduo recebe este dever, age de acordo com sua liberdade e toma consciência de seu papel social visando a melhoria não só de si mesmo, mas de toda a sociedade.

Por isso, podemos considerar o conceito “tu deves amar” como um imperativo categórico religioso e social, uma ação prática que acontece quando o indivíduo enquanto ser no mundo e, ao mesmo tempo cristão, cumpre as suas obrigações de dever moral necessárias para o convívio em sociedade. Porém, não se limita apenas à realização de uma obrigação básica. Nisso é possível identificar o desejo de ir além com a realização do dever do amor ao próximo. Esse próximo é identificado como o próprio Deus e também o outro enquanto sujeito. O princípio divino não fica na abstração pois tem uma implicação social, justamente por estar disposto a uma convivência com o outro. Portanto, o dever do amor ao próximo é um imperativo categórico social e religioso que se desenvolve na aplicação não somente na ação da moral social, mas religioso com implicações sociais. Por ser algo prático, essa experiência dá sentido ao indivíduo que age conforme a lei maior que é o mandamento.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Tradução de Antônio Borges Coelho. 5. ed. Lisboa: Editorial presença, 1999.
- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *A cidade de Deus: contra os pagãos, parte I*. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2000.
- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *A cidade de Deus: contra os pagãos, parte II*. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 1990.
- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *A doutrina cristã*. Manual de exegese e formação cristã. São Paulo: Paulus, 2002.
- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997.
- ARENDT, Hannah. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Ensaio de interpretação filosófica. Tradução de Alberto Pereira Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- BOHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. Desde as origens até Nicolau de Cusa. Tradução de Raimundo Vier, OFM. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GARDINER, Patrick. *Kierkegaard*. Tradução de Antônio Carlos Vilela. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- HAMMAN, A. *Os padres da Igreja*. Tradução de Irmã Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2008.
- KIERKEGAARD, Soren A. *As obras do amor*. Tradução de Álvaro Luiz Montenegro Valls. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- PESSANHA, José Américo Motta. *Santo Agostinho, vida e obra*. Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.